



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A NOVA CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

INFORMATION AND GOVERNANCE IN PUBLIC ADMINISTRATION: THE NEW CLASSIFICATION OF STATISTICAL INFORMATION

Marcia Maria Melo QuintsIr – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Catarina Felix dos Santos Soares – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Fernanda Valle – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A Classificação de Informações Estatísticas, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, constitui um instrumento de controle conceitual, categorial e terminológico para gestão do Sistema Estatístico Nacional e para acesso às informações do sítio do instituto na Internet. Esta pesquisa examinou se a versão 1.0 do instrumento, lançada em 2024, representa avanços sociopolíticos e documentais para o governo e a população brasileira frente à versão original, de 2015. A ancoraram esta análise as perspectivas de teorias críticas da demografia e da Organização do Conhecimento de Alvaro Vieira Pinto, Melissa Adler e Melodie Fox e a abordagem documental de Marcia Zeng, de Birgen Hjørland e do Grupo de Especialistas em Classificações das Nações Unidas. Para compreender a governança do Sistema Estatístico Nacional, foram mobilizadas visões de Sandra Braman e Luisa Zorzal. A operacionalização metodológica explorou o processo de construção da nova classificação, o confronto das versões 2015 e 2024 e a comparação da estrutura de 2024 com termos mais frequentes de busca no sítio do instituto na Internet. Foi realizado um estudo documental, comparativo, de abordagem qualitativa e análise hermenêutica. Os textos metodológicos correspondentes ao processo de construção da nova classificação pelo instituto, recomendações internacionais sobre classificações estatísticas e os termos de busca mais frequentes foram analisados. Observaram-se melhorias da nova classificação, em complexidade, exaustividade e especificidade temáticas, que contribuíram para alta aderência aos termos de busca examinados. O novo instrumento mostrou-se, portanto, fortalecido para seus usos conforme parâmetros teóricos estabelecidos.

Palavras-chave: informação estatística; classificação, organização do conhecimento, governança.

Abstract: The Classification of Statistical Information, drawn up by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, is a conceptual, categorical and terminological control tool for managing the National Statistical System and for accessing information on the institute's website. This research examined whether version 1.0 of the tool, launched in 2024, represents socio-political and documentary advances for the government and the Brazilian population compared to the original 2015 version. This analysis was anchored in the perspectives of critical theories of demography and of the Knowledge Organization of Alvaro Vieira Pinto, Melissa Adler and Melodie Fox, and the documentary approach of Marcia Zeng, Birgen Hjørland and the United Nations Group of Experts on Classifications. To understand the governance of the National Statistical System, the views of Sandra Braman and Luisa Zorzal were mobilized. The methodological operationalization explored the process of building the new classification, comparing the 2015 and 2024 versions and comparing the 2024 structure with the most frequent search terms on the institute's website. A documentary, comparative study was carried out with a qualitative approach and hermeneutic analysis. The methodological texts corresponding to the process of building the new classification by the institute, international recommendations on statistical classifications and the most frequent search terms were analyzed. Improvements in the complexity, completeness and thematic specificity of the new classification were observed, which contributed to high adherence to the search terms examined. The new instrument was therefore strengthened for its uses according to established theoretical parameters.

Keywords: statistical information; classification, knowledge organization, governance.

1 A CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS 1.0: PANORAMA TERMINOLÓGICO DA PRODUÇÃO E DEMANDAS ESTATÍSTICAS

A Classificação de Informações Estatísticas (CIE) objetiva à metarrepresentação das informações estatísticas produzidas ou demandadas para produção pelo Sistema Estatístico Nacional (SEN). Por determinação da Lei 5.878 (Brasil, 1973), o SEN engloba o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que o coordena, e outros atores institucionais de produção das estatísticas oficiais, tais como o Banco Central (BC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No âmbito da administração pública orientada às estatísticas, os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) emergem em diferentes possibilidades de aplicação. Em especial, a CIE desponta como a infraestrutura linguística e classificatória para a gestão do SEN, com foco em gestão documental, e como controle terminológico do sítio oficial do IBGE, instituição de referência no país, representante brasileira na Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU) e no Grupo de Especialistas em Classificações Estatísticas da ONU.

Para contextualizar, a Comissão de Estatística da ONU corresponde ao fórum máximo de debate e definição de padrões metodológicos, técnicos e de governança recomendados

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

para a adoção pela Comunidade Estatística Internacional, que envolve agências responsáveis pelas estatísticas oficiais dos países membros, bem como as agências das Nações Unidas, a exemplo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) que, especialmente no que diz respeito às classificações e conceitos atinentes às estatísticas por elas produzidas ou compiladas, aderem aos debates e definições da Comissão. Instituições de vocação acadêmica, como o *International Statistical Institute* e o *Inter American Statistical Institute* (ISI, [2024]; IASI [2024]), também integram essa comunidade e acompanham, discutem e validam recomendações globais, a exemplo da indicação de adoção, em 2023, da *Classification of Statistical Activities*, que inspirou a construção da CIE brasileira, em sua versão 2.0 (UNSD, 2023).

Nesse cenário de governança estatística e da necessidade de gestão metainformacional, a CIE foi criada em 2015 e serve à sociedade brasileira ao proporcionar relevância e transparência à condução do SEN, além de facilitar o acesso às bases de dados, resultados e estudos, disponíveis ou referenciados, no sítio do IBGE. Tendo em vista as mudanças políticas, culturais, sociais e jurídicas da última década, aliadas à consolidação do uso da CIE para governança do SEN, iniciou-se o processo de atualização da CIE, a chamada versão 1.0, lançada em abril de 2024 (IBGE, 2024), cuja validação observou o aprimoramento e publicação da segunda versão da *Classification of Statistical Activities* (CSA), chancelada, conforme dito, pela Comissão de Estatísticas da ONU.

Centralmente, para este estudo, a questão de pesquisa diz respeito à seguinte indagação: da perspectiva da Organização do Conhecimento (OC), a versão atual da CIE representa avanços na estrutura categorial e conceitual em relação à versão anterior, isto é, a CIE 2015? O objetivo é averiguar a) se a CIE versão 1.0 atende satisfatoriamente aos usos de governança dos SEN propostos internacionalmente, e b) sob a perspectiva da construção semântica interoperável, se oferece exaustividade e especificidade além de correspondência adequada às buscas realizadas no portal oficial do IBGE.

O Estado e o poder simbólico das classificações a partir de Pierre Bourdieu, o pensamento crítico sobre a demografia em Alvaro Vieira Pinto, o conceito de governança, a partir de Sandra Braman e Luisa Zorzal, e os olhares teóricos, aplicados e sociopolíticos preconizados pela *International Society of Knowledge Organization* (ISKO), no escopo dos SOC,

em especial, baseados em Marcia Zeng, Birger Hjørland, Melissa Adler e Melodie Fox, são articulados em busca da resposta.

Para a abordagem empírica metodológica, reuniram-se dois conjuntos documentais. O primeiro foi composto pelas duas versões da CIE (2015 e 1.0) para análise comparativa do esquema de classificação, amparada em outras fontes documentais, como registro de recomendações e práticas internacionais orientadas à classificação estatística. O segundo conjunto foi composto pela lista dos 50 termos mais buscados pelos cidadãos no sítio oficial, fornecida pelo IBGE, referente ao período de 2019 a 2023, via Lei de Acesso à Informação (LAI). A primeira exploração documental cobriu o processo de construção da CIE 1.0. A segunda etapa empírica correspondeu à comparação entre a CIE 2015 e a CIE 1.0. Na terceira etapa, foram examinados os termos de busca mais frequentes ao sítio do IBGE e a sua vinculação com a CIE 1.0.

Em relação à versão 2015, a CIE 1.0 avançou em complexidade, exaustividade e especificidade, com diferentes impactos positivos sobre seus usos.

2 A CLASSIFICAÇÃO COMO MECANISMO DE PODER: ORGANIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

O sociólogo Pierre Bourdieu (1996) afirma que o Estado é o detentor do poder simbólico de gerência da vida cidadã, cuja manifestação ocorre na dimensão objetiva, por meio de estruturas e mecanismos, e, subjetiva, por meio das formas de pensar. Na visão do autor, a manutenção desse poder é dependente do reconhecimento e da legitimidade que se dão através da concentração de metacapital.

Representante de um território unificado, o Estado evoca a noção de totalidade objetivada pelas operações de totalização, como as estatísticas oficiais (Bourdieu, 1996). De acordo com o pensamento bourdieusiano, a partir da documentação, ou seja, dos registros pelos quais o poder simbólico se manifesta e efetiva, se consolida a dimensão subjetiva, expressa pela unificação cognitiva fomentada pela decodificação das informações, matéria-prima do capital linguístico, cultural, jurídico e métrico (Bourdieu, 1996). Nessa direção, as estatísticas nascem como instrumentos de disputa por visibilidade na esfera pública, e seu arranjo metainformacional organiza as estruturas mentais por meio dos esquemas classificatórios, listas terminológicas e semânticas com fins à identidade nacional.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

No solo teórico-crítico da demografia, que é um campo das estatísticas oficiais, Pinto (1973, p. 41) afirma que a demografia é a “produção da existência do homem pelo homem”, do enfoque do humano em uma coletividade geral, e, por isso, distingue-se, enquanto campo de estudos, de outras ciências e disciplinas, como a sociologia e a antropologia. Contudo, apesar de seu caráter acentuadamente quantitativo, a demografia possui o ser humano como objeto e como sujeito, não sendo o “homem geral” o criador do saber demográfico, mas, sempre, um “[...] sujeito existente em uma situação, vivendo em uma certa localização histórico-territorial, com determinado *status* social, submetido a um sistema de condicionamentos materiais, ideológicos, etc” (Pinto, 1973, p. 48).

Nessa direção, para o rigor crítico do trabalho do demógrafo, o filósofo brasileiro alerta para a avaliação das circunstâncias do trabalho, os agenciamentos e os interesses que atravessam o fazer demográfico; neste estudo, o fazer mais amplo das estatísticas oficiais com a construção de um instrumento documentário de controle semântico financiado pelo Estado para orientar a produção e realizar a disseminação de informação estatística. Da perspectiva hermenêutica, Hjørland (2008) destaca que o assunto a ser classificado em um SOC é relativo a um discurso e a um domínio, interpretado, portanto, a partir de um horizonte particular. Com efeito, para o autor, o desafio de um sistema classificatório é considerar os diferentes horizontes de modo que documentos relevantes sejam recuperados.

Dialógicas à hermenêutica, as abordagens críticas da classificação inserem os SOC em um contexto de relações de força na compreensão de que respondem, implícita ou explicitamente, a determinados interesses em detrimento de outros (Hjørland, 2017). Apoiada nas reflexões de Hope Olson, Melodie Fox (2016) salienta que a OC perpetua preconceitos a alguns grupos sociais ao “[...] dispersar tópicos em vez de reunir, criar espaços hostis agrupando itens diferentes e usar terminologia insultuosa” (Fox, 2016, p. 375, tradução própria), especialmente ao ignorar a interseccionalidade (Crenshaw, 1989), ou seja, as diferentes categorias de identidade em uma conjuntura social, ou nas palavras de Fox (2016, *idem*), “[...] sistema multidimensional de opressão interligada”.

Assim, os princípios de classificação, como a determinação das classes e subclasses, a categorização, refletida no tipo de relação terminológica e a representação, expressa no signo linguístico e na escolha semântica, revelam pressupostos socioculturais, políticos e históricos correspondentes às formas de pensar de um dado espaço-tempo. Fox (2016) adota a noção de interseccionalidade representacional e estrutural para avaliar os termos de autoridade e

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

suas relações em busca de SOC éticos e justos. Para a autora, a premissa da mútua exclusividade do conceito opera como uma hierarquia de opressões na medida em que as interseccionalidades serão aditivas, inviabilizando ou deturpando identidades. Afinal, uma identidade interseccional não é apenas a soma de qualidades de categorias sobrepostas.

Por sua vez, ao examinar a comunidade queer, Adler (2017) aponta para a dificuldade das classificações bibliográficas contemplarem a multiplicidade de subjetividades. A autora atestou, também, como a estrutura classificatória da *Library of Congress* sobre raça, gênero, nação e cidadania acompanha a construção nacional imperialista. Adler e Tennis (2013, p. 268) argumentam que “o que nomeamos são atos, atores e efeitos de danos” e evocam o movimento pela taxonomia de danos, isto é, a articulação em torno da identificação de representações socialmente excludentes para redução da violência simbólica em instrumentos de OC.

Ao considerar a tensão presente na universalidade pretendida por um SOC, na totalidade almejada pelas estatísticas nacionais, as particularidades de objetos a serem representados e o direito à justa representação, evidencia-se a complexidade da OC para um sistema de informações públicas, uma vez que a práxis informacional encontra-se entre as políticas de informação do Estado Informacional. Nesse ponto, cabe mencionar Braman (2006, p. 11), para quem tais políticas possuem três dimensões, governança, governamentalidade e governo, definindo a primeira como “[...] um processo decisório que envolve entes públicos e privados, formal ou informalmente”. Este conceito se desloca do caráter hierárquico da relação entre coordenador e coordenado, dando sinais de se aproximar de condução colaborativa dos sistemas, ainda que se identifique para alguns entes alguma centralidade.

Os sentidos amplo e restrito da OC propostos por Hjørland (2017) auxiliam na compreensão do lugar teórico de uma classificação com as características da CIE. Para o autor, o sentido amplo é referente à divisão social do trabalho mental, isto é, à organização de universidades e de outras instituições de pesquisa, a estrutura de disciplinas e profissões, a organização social da mídia, a produção e disseminação de conhecimento. Nesta perspectiva ampla se insere a organização documental da produção e demandas por estatísticas, almejada pela CIE.

Interessante notar que os grupos sociais costumam reivindicar visibilidade, para eles mesmos ou para assuntos de seu interesse, no âmbito dos sistemas estatísticos oficiais, visando a, com base nas mensurações produzidas, reivindicar políticas públicas em seu favor.

Um exemplo brasileiro são as demandas por informações estatísticas sobre populações em situação de rua ou de pessoas dentro do espectro autista que, no campo da CI, foram abordadas, respectivamente por Figueira (2018) e Valle; Quintslr; Saldanha (2021).

A associação da governança para além de estruturas formalizadas está presente também em Zorzal (2015, p. 72) para quem “[...] (a governança) objetiva tornar o governo mais responsável, aberto, transparente e democrático. [...] foca no processo de governo envolvendo interações entre várias instituições formais e informais [...]”. A CIE, ao registrar e dar visibilidade ao que se produz e ao que é demandado, tem potencial para ser esse um desses instrumentos e, na visão crítica da OC, um meio para redução de danos historicamente perpetuados e institucionalizados.

3 A CONSTRUÇÃO, ESTRUTURA, DOCUMENTAÇÃO E USOS DA CIE 1.0: UM OLHAR PARA O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DE CONHECIMENTO

De acordo com Zeng (2008), SOC são estruturas multifuncionais que mapeiam domínios, estabelecem relações hierárquicas ou associativas entre conceitos, reduzem ambiguidades, controlam sinônimos e qualificam modelos de conhecimento. A complexidade desses sistemas varia de acordo com as capacidades e aplicações semânticas e estruturais. De acordo com a autora, os SOC apresentam estrutura linear, como uma lista de termos na forma de glossários ou dicionários, por exemplo; bidimensional, ou seja, indicam duas dimensões estruturais, como classificação e categorização (processos de modelagem e tratamento de metadados em registros de autoridade, cabeçalhos de assunto, taxonomias, e sistemas de classificação); e modelos multidimensionais, aqueles que aglutinam múltiplas funções estruturais, à semelhança de tesouros e ontologias. Em suma, quanto mais complexos, mais acumulam funções.

Independentemente do modelo estrutural, a função central de um SOC é organizar e recuperar informações de maneira eficiente. Com o aprimoramento da tecnologia da informação, os SOC não apenas facilitam a navegação do usuário dentro de estruturas taxonômicas para localizar informações, mas também servem como suporte para sistemas que oferecem respostas inteligentes. Além disso, conforme Sales e Sayão (2012), podem atuar como mapas conceituais, proporcionando uma compreensão mais clara e abrangente de determinado campo de conhecimento.

No recorte desta pesquisa, com base na segmentação de Zeng (2008), a CIE 1.0 se caracteriza como um SOC com duas dimensões de funções estruturais, dado o perfil de

“classificação e categorização” na forma de arranjo hierárquico de notações alfabéticas para representar assuntos e no controle de ambiguidades que é estabelecido.

As classificações estatísticas são identificadas no Guia de Melhores Práticas do Grupo de Especialistas em Classificações segundo os tipos *flat* (lista de categorias) ou hierárquicas. As classificações do tipo *flat* correspondem a listas de faixas de valores ou de termos relativos aos resultados possíveis para variáveis categóricas (Hancock, 2013). A classificação da variável “cor” ou “raça”, adotada nas estatísticas oficiais nacionais, é um exemplo formado por cinco possibilidades de resultados, isto é, por uma lista de cinco categorias: branca, preta, parda, amarela, indígena (IBGE, 2023).

São também utilizadas, como padrão metodológico e como organização do conhecimento em estatísticas oficiais, as classificações de domínio e classificações do tipo universal que, em geral, são hierárquicas. As classificações de domínios se associam à análise de domínios (Guimarães, 2014) uma vez que detalham determinado campo ou assunto segundo os elementos que o integram. Estabelecem relações hierárquicas entre tais elementos. É um exemplo, a Classificação de Atividades Econômicas (IBGE, [2024]).

Finalmente, as classificações que organizam o conhecimento passível de ser obtido a partir do conjunto das estatísticas oficiais, que abrangem diversos domínios, se aproximam das classificações ditas universais, a exemplo da Classificação Decimal Universal (Hjørland, 2008), sendo este o caso da CIE, bem como da CSA, sua correspondente internacional.

O caráter universal da CIE se ratifica em seu objetivo, a organização do conhecimento obtido a partir da produção estatística nacional realizada e demandada. Do retrato das sociedades traçado a partir das estatísticas, representado e organizado na CIE, se requer a caracterização multitemática ou multidomínio da população e de suas condições de vida, a observação de suas inserções e atividades sociais, bem como o monitoramento de aspectos econômicos, ambientais e das possibilidades de realização de seus direitos civis e políticos.

4. CIE 1.0: FRENTE À CIE 2015 E OS TERMOS MAIS FREQUENTES DE BUSCA NO SÍTIO DO IBGE

Como modelo de representação das informações estatísticas, a CIE 1.0 apresenta uma estrutura conceitual hierárquica organizada em “domínios”, “temas”, “subtemas” e “notas explicativas”. Importante destacar que, em seu atual nível de desenvolvimento, a CIE 1.0 já possibilita o reuso da representação explicitada para a organização de informações em portais e a indexação de informações especializadas em estatística. Observa-se que a CIE 2015 possuía

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

estrutura similar, com a CIE 1.0 apresentando maior número de categorias: 5 domínios, 44 temas e 30 subtemas, na CIE 2015, eram respectivamente, 3, 16 e 26. (IBGE, 2024).

As abordagens empíricas cobrem inicialmente aspectos do processo de construção da CIE, para tanto, foram realizadas a exploração do sítio do IBGE, de Quintslr (2024) e de IBGE (2024) e a análise documental do desenvolvimento da CSA no âmbito do grupo de especialistas em classificações das Nações Unidas. A segunda etapa empírica correspondeu à comparação entre a CIE 2015 e a CIE 1.0, baseada, também, no sítio do IBGE e no documento IBGE (2024). Por fim, na terceira etapa, foram examinados os termos de busca mais frequentes, solicitados ao IBGE através da LAI, e sua vinculação com a CIE 1.0.

Decidir sobre temáticas tão díspares exigiu a apreciação de equipe multidisciplinar, assim, os processos de construção da CIE 2015 e da versão atualizada, a CIE 1.0, envolveu especialistas em diferentes domínios temáticos cobertos pelas estatísticas oficiais brasileiras e pelas demandas reconhecidas por estatísticas a produzir. Participaram especialistas na gestão, infraestrutura estatística, documentação e áreas temáticas tais como população, trabalho, condições de vida, economia setorial, contabilidade nacional, justiça e segurança pública e meio ambiente. Uma diretriz teórica guiou esses processos, a atenção preconizada por Souza (2007) no que tange à necessária consistência entre os usos e os objetivos das classificações. Realizou-se um exercício de comparação entre 5 momentos ou 4 décadas da produção de estatísticas e a CIE mostrou-se eficiente como referência para esta observação, indicando sua adequação para a gestão do SEN.

No que se refere ao portal, se observou as situações de poli hierarquia pertinentes para a busca, mas não contempladas na estrutura classificatória e se avaliou que a CIE 2015 tinha trazido ganhos, mas que as buscas seguiram apresentando dificuldades. Avaliou-se que a inclusão de facetas indicativas de periodicidade de produção, cobertura territorial e do produtor da informação estatística poderiam ser supridas por tabelas auxiliares. Ainda assim, foram identificadas fragilidades na estrutura da CIE 2015 que sugeriram o desenvolvimento de nova versão, fato corroborado com a nova versão da CSA que se construía em paralelo. Foi indicada, por exemplo, avançar em especificidade das categorias, para tornar mais evidentes estatísticas produzidas ou demandadas, tais como referentes às temáticas ambientais.

A segunda etapa empírica aborda a comparação entre as estruturas da CIE 2015 e 1.0. O quadro 2 o faz para a categoria mais agregada, o domínio, incluindo a CSA versão 2.0 (United

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Nations, 2023). A esse nível categorial, os temas cobertos pela CIE 1.0, coincidem com a referência internacional.

Os dois novos domínios, “Meio ambiente” e “Governança”, apresentados no Quadro 3, dizem respeito a prioridades indiscutíveis global e nacionalmente. As estruturas de ambos os domínios se baseiam em estudos (United Nations, 2017; Almeida, 2020), referendados

Quadro 2: Domínios temáticos da CIE 1.0, da CIE 2015 e da CSA versão 2.0

CIE 1.0	CIE 2015	CSA 2.0
1 Estatísticas sociais e de população	1 Estatísticas sociais e demográficas	1 Estatísticas sociais e demográficas
2 Estatísticas econômicas	2 Estatísticas econômicas	2 Estatísticas econômicas
3 Estatísticas do meio ambiente	3 Estatísticas multidomínio e do meio ambiente	3 Estatísticas do meio ambiente
4 Estatísticas de governança		4 Estatísticas de governança
5 Estatísticas transversais		5 Estatísticas transversais

Fonte: IBGE, 2024.

pela Comissão de Estatística das Nações Unidas. Na estrutura da CIE 2015, às informações ambientais correspondia a um tema, a categoria de segundo nível da CIE, e não havia detalhamento, segundo componentes. O domínio da CIE 1.0 está particionado em seis temas que abordam tópicos como, por exemplo, “Eventos extremos e desastres”, reconhecidamente a cada vez mais frequentes, sendo, portanto, necessário mensurar os impactos e prejuízos humanos, sociais e econômicos sofridos, visando mitigá-los. O domínio Estatísticas de governança abrange tópicos conexos ao exercício da cidadania, sob o estado democrático de direito, incluindo informações referentes à discriminação de pessoas ou grupos, acesso à informação, transparência e confiança em entes público, entre outros.

Quadro 3: Domínios novos da CIE 1.0

Domínio 3 Estatísticas do meio ambiente

Tema 3.01 Condições e qualidade ambientais; Tema 3.02 Recursos naturais e seu uso; Tema 3.03 Resíduos; Tema 3.04 Eventos extremos e desastres; Tema 3.05 Assentamentos humanos e saúde ambiental; Tema 3.06 Proteção, gestão e compromisso ambiental; Tema 3.99 Outras informações relacionadas às Estatísticas do meio ambiente não especificadas anteriormente

Domínio 4 Estatísticas de governança

Tema 4.01 Não discriminação e igualdade; Tema 4.02 Participação política e conexões sociais; Tema 4.03 Acesso à informação e transparência na gestão pública; Tema 4.04 Acesso à justiça e qualidade da justiça; Tema 4.05 Capacidade de resposta dos entes públicos; Tema 4.06 Ausência de corrupção; Tema 4.07 Confiança; Tema 4.08 Segurança e sensação de segurança; Tema 4.99 Outras informações relacionadas às Estatísticas de governança não especificadas anteriormente.

Fonte: IBGE (2024)

No que diz respeito aos domínios que se mantiveram nas versões 2015 e 1.0, os temas da CIE 2015 “Justiça e Segurança” e o tópico “participação social” deixam de integrar o domínio que cobre as estatísticas sociais, passando a compor as estatísticas de governança.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

O tema “estatísticas de empresas” é a novidade que abarca informações econômicas do setor empresarial, independentemente do recorte setorial. As estatísticas econômicas setoriais, por sua vez, constituem um tema da CIE 1.0, similarmente à CIE 2015.

Quadro 4: Temas correspondentes aos tópicos sociais, demográficos e de população e econômicos nas estruturas da CIE 1.0 e da CIE 2015

CIE 1.0	CIE 2015
<p>Domínio 1 Estatísticas sociais e de população Tema 1.01 População; Tema 1.02 Trabalho; Tema 1.03 Educação; Tema 1.04 Saúde; Tema 1.05 Rendimento, despesa e consumo; Tema 1.06 Proteção social; Tema 1.07 Assentamentos humanos e moradia; Tema 1.08 Uso do tempo; Tema 1.09 Outras informações relacionadas às Estatísticas sociais e de população</p> <p>Domínio 2 Estatísticas econômicas Tema 2.01 Estatísticas e contas macroeconômicas; Tema 2.02 Estatísticas de empresas; Tema 2.03 Estatísticas econômicas setoriais; Tema 2.04 Comércio internacional; Tema 2.05 Preços e custos; Tema 2.99 Outras informações relacionadas às Estatísticas econômicas</p>	<p>Domínio 1 Estatísticas sociais Tema 1.01 População; Tema 1.02 Trabalho; Tema 1.03 Educação; Tema 1.04 Saúde; Tema 1.05 Rendimento, despesa e consumo; Tema 1.06 Proteção social; Tema 1.07 Habitação; Tema 1.08 Justiça e segurança; Tema 1.09 Administração pública e participação político-social; Tema 1.10 Uso do tempo.</p> <p>Domínio 2 Estatísticas econômicas Tema 2.01 Estatísticas macroeconômicas; Tema 2.02 Estatísticas econômicas setoriais; Tema 2.03 Preços e custos; Tema 2.04 Setor informal; Tema 2.09 Outras estatísticas econômicas não especificadas anteriormente</p>

Fonte: IBGE, 2024.

Quadro 5: Temas e subtemas correspondentes aos tópicos de natureza multidomínio ou transversal nas estruturas da CIE 1.0 e da CIE 2015

CIE 1.0	CIE 2015
<p>Domínio 5 Estatísticas transversais Tema 5.01 Desenvolvimento sustentável; Tema 5.02 Direitos humanos; Tema 5.03 Gênero; Tema 5.04 Grupos populacionais específicos; Tema 5.05 Condições de vida, pobreza e desigualdade; Tema 5.06 Segurança alimentar; Tema 5.07 Mudanças climáticas; Tema 5.08 Sociedade da informação e digitalização; Tema 5.09 Ciência, tecnologia e inovação (CT&I); Tema 5.10 Economia informal; Tema 5.11 Economia social e solidária; Tema 5.12 Cultura, recreação e esporte; Tema 5.13 Turismo; Tema 5.14 Administração pública; Tema 5.15 Estatísticas regionais e para pequenas áreas; Tema 5.99 Outras informações relacionadas às Estatísticas transversais não especificadas anteriormente.</p>	<p>Tema 3.01 Estatísticas multidomínio Subtema 3.01.1 Condições de vida, pobreza e desigualdade; Subtema 3.01.2 Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I; Subtema 3.01.3 Sociedade da informação; Subtema 3.01.4 Empreendedorismo; Subtema 3.01.5 Gênero; Subtema 3.01.6 Cultura, recreação e esporte; Subtema 3.01.7 Turismo.</p>

Fonte: IBGE, 2024.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

A atualização da CSA apontou mudança de nomenclatura, o termo multidomínio, utilizado em sua versão anterior, foi substituído por transversal. O domínio Estatísticas transversais da CIE 1.0 e o tema estatísticas multidomínio da CIE 2015 são observadas no quadro 5. A transversalidade foi o argumento usado para que o tema “grupos populacionais específicos” passassem a integrar esse domínio na CIE 1.0, tendo em vista a argumentação de que sobre tais grupos (pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, povos originários, população racializada, entre outros) cabe o olhar para a caracterização social e o exame das inserções econômicas, ambientais e sob a ótica da cidadania, contemplada no domínio “Estatísticas de Governança”. Neste domínio, o documento do IBGE destaca o tema “Segurança Alimentar”, como uma especificidade nacional relevante, na classificação internacional é alocada, de forma distribuída, em saúde, despesas e consumo em e estatísticas da agropecuária, entre outros, como ocorria na CIE 2015.

A etapa empírica final corresponde à análise dos 50 termos de busca no site do IBGE mais frequentes em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Observou-se que os termos mais pesquisados se repetem ao longo do período analisado ocupando diferentes posições de acordo com a frequência de consultas.

Como exercício de avaliação de aplicabilidade da CIE foi feita uma comparação dos 20 termos mais pesquisados em 2023 e a estrutura da CIE 1.0: 1. IPCA (Tema 2.05 Preços e custos), 2. Expectativa de vida (Tema 1.01 População), 3. Idosos (Tema 5.04 Grupos populacionais específicos), 4. Desemprego (Subtema 1.02.01 Trabalho remunerado), 5. PIB (Tema 2.01 Estatísticas e Contas macroeconômicas), 6. INPC (Tema 2.05 Preços e custos), 7. IDH (Tema 5.05 Condições de vida, pobreza e desigualdade), 8. Obesidade (Tema 5.06 Segurança alimentar), 9. Salário (Tema 1.05 Rendimento, despesa e consumo), 10. IGPM (Tema 2.05 Preços e custos), 11. Censo (Tema 1.01 População), 12. Extrema pobreza (Tema 5.05 Condições de vida, pobreza e desigualdade), 13. População (Tema 1.01 População), 14. INPC acumulado (Tema 2.05 Preços e custos), 15. Estimativa de população (Subtema 1.01.02 Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais), 16. Negros (Tema 5.04 Grupos populacionais específicos), 17. PNAD (Domínio 1 Estatísticas sociais e de população), 18. IPCA 15 (Tema 2.05 Preços e custos), 19. Renda per capita (Tema 1.05 Rendimento, despesa e consumo), 20. Construção Civil (Subtema 2.03.05 Construção).

Este exercício ratifica a aplicabilidade da CIE, pois se verifica que os termos utilizados para busca no sítio do IBGE correspondem às categorias da CIE. Também reflete as áreas de

maior interesse e necessidade de informações da população ao longo dos anos com as quais foi observada a conexão direta com as categorias da CIE.

5 CONCLUSÃO: CIE 1.0 E MAIOR COMPLEXIDADE EM DIREÇÃO AO ATENDIMENTO À SOCIEDADE

Com o aumento da complexidade semântica da CIE 1.0 e as maiores possibilidades de utilização em sistemas de recuperação da informação e na *web*, nota-se que a CIE 1.0 possui características que possibilitam a sua utilização como base para o desenvolvimento de SOC mais complexos, inclusive o exercício de aplicabilidade confirma esta percepção e a potencialidade da CIE. Diante dessas características, vislumbra-se como próximo passo de desenvolvimento semântico a evolução para uma estrutura de tesouro, o primeiro tipo dos “modelos de relações” proposto por Zeng (2008) e que também engloba redes semânticas e ontologias. Essa evolução estrutural possibilitaria o aumento no nível de complexidade das relações hierárquicas já estabelecidas, tornando explícitas as relações associativas e de equivalência entre termos e conceitos criando uma estrutura interconectada destinada ao uso em processos de indexação e recuperação de informações.

Como visto anteriormente, o crescimento do quantitativo de categorias foi observado para os três níveis hierárquicos. Além disso, a estrutura da CIE 1.0 claramente avançou em cobertura temática e em detalhamento, contemplando exaustividade e especificidade. No que diz respeito ao nível hierárquico mais elevado, se confirma o aprofundamento e ampliação dos assuntos, o que implica um avanço importante do ponto de vista da propriedade da exaustividade, especialmente ao abordar tópicos como meio-ambiente, que diz respeito à sobrevivência do planeta, e a governança, que refere diretamente ao fortalecimento da democracia e inclusão social ao propiciar o monitoramento de direitos civis e políticos dos cidadãos.

Dessa forma a nova CIE minimiza a possibilidade de omissão de assuntos de interesse da sociedade nas agendas estatísticas, se firmando como instrumento de gestão do SEN, atendendo aos requisitos de prestação de contas e transparência, destacados por Zorzal, como práticas desejáveis de governança. Avança também na proteção ao exercício do poder simbólico estatal, por vezes exercido em direção contrária às necessidades da sociedade, bem como se aproxima, para o conjunto das estatísticas oficiais, da perspectiva crítica que Vieira Pinto defende para o fazer da demografia.

REFERÊNCIAS

ADLER, Melissa. **Cruising the library**: perversities in the knowledge organization. New York: Fordham University Press, 2017.

ADLER, Melissa; TENNIS, Joseph T. Toward a taxonomy of harm in knowledge organization systems. **Knowledge Organization**, Ohio, v. 40, n. 4, p. 266-272, 2013. DOI 10.5771/0943-7444-2013-4-266

ALMEIDA, Malene Barbosa. **Handbook on governance statistics**. Cabo Verde: Governance Statistics Praia City Group, 2020. 250 p. Disponível em:
<https://bdmi.ine.cv/gspcpg/Files/Handbook/Handbook.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiрус, 1996.

BRAMAN, Sandra. **Change of state**: information, policy and power. Cambridge: MIT Press, 2006.

BRASIL. Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973. Dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1973.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 538–554.

FIGUEIRA, Monique. **Por uma ciência da informação urbana**: lacunas do conhecimento e da mediação política com a população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FOX, Melodie J. Priorities of Arrangement or a Hierarchy of Oppressions?: perspectives on Intersectionality in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Ohio, v. 43, n. 5, p. 373-383, 2016. DOI 10.5771/0943-7444-2016-5-373

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 13-21, jan./abr., 2014. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v43i1.1415>

HANCOCK, Andrew. **Best practice guidelines for developing international statistical classifications**. New York: UNCEISC, 2013. Disponível em:
https://unstats.un.org/unsd/classifications/bestpractices/Best_practice_Nov_2013.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

HJØRLAND, Birger. Classification. **Knowledge Organization**, Ohio, v. 44, n. 2, p. 97-128, 2017.

HJØRLAND, Birger. What is knowledge organization. **Knowledge Organization**, Ohio, v. 35, n. 2, p. 86-101, 2008.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA. **Censo Demográfico 2022, identificação étnico-racial da população, por sexo e idade**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd_2022_etnico_racial.pdf.

Acesso em 12 mar. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA. **Classificação de informações estatísticas**: versão 1.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA. Classificação nacional de atividades econômicas. Rio de Janeiro: IBGE, [2024]. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/metodos-e-classificacoes/classificacoes-e-listas-estatisticas/9078-classificacao-nacional-de-atividades-economicas.html>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ISI - INTERNATIONAL STATISTICAL INSTITUTE. Statistical science for a better world. Haia: ISI, [2024]. Disponível em: <https://isi-web.org/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

IASI - INTER AMERICAN STATISTICAL INSTITUTE. **Antecedentes e história**. Panamá: IASI, [2024]. Disponível em: <https://iasiestadistica.org/presentacion/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PINTO, Alvaro Vieira. **El pensamiento crítico en demografía**. Santiago: Centro Latinoamericano de Demografía, 1973.

QUINTSLR, Marcia. **Classificação de informações estatísticas 2015**: relatório do projeto de avaliação: recomendações e próximos passos. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. 107 p.

SALES, Luana Farias; SAYÃO, Luís Fernando. Modelo triádico de relações: um protótipo de modelagem conceitual para a área nuclear. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., Rio de Janeiro, 2012. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBICT-UFRJ, 2012.

SOUZA, Rosali Fernandez. Organização do conhecimento. *In*: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 103-124.

UNITED NATIONS. Task Team on CSA. Draft classification of statistical activities, version 2.0 (CSA 2.0). *In*: SESSÃO DA STATISTICAL COMMISSION, 54., 2023, New York. **Item 3(j) da agenda preliminar**. 28 p. Disponível em:

https://unstats.un.org/UNSDWebsite/statcom/session_54/documents/BG-3j-CSA-E.pdf.

Acesso em: 12 mar. 2024.

UNSD - UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. **Framework for the development of environment statistics - FDES 2013**. New York: UNSD, 2017. 228 p. Disponível em:

<https://unstats.un.org/unsd/envstats/fdes.cshtml>. Acesso em: 15 mar. 2024.

VALLE, Fernanda; QUINTSLR, Marcia; SALDANHA, Gustavo. Estado de mediação, autismo e circulação da informação no Censo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

INFORMAÇÃO. 11. RIO DE JANEIRO, 2021. **Anais** [...] Rio de Janeiro: IBICT-UFRJ, 2021. p. 1-16.

ZENG, Marcia Lei. Knowledge organization systems (KOS). **Knowledge Organization**, Ohio, v. 35, n.3, p. 160-182, 2008. DOI 10.5771/0943-7444-2008-2-3-160.

ZORZAL, Luiza. **Transparência das informações das universidades federais**: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na administração pública federal. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.